



## Indicador de “Pobreza Multidimensional” e sua aplicação aos pequenos municípios da Bahia

*Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti<sup>1</sup>*  
*Henrique Tomé da Costa Mata<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente artigo analisa a pobreza multidimensional nos municípios baianos nos anos 2000 e 2010, com base na “Abordagem das Necessidades Básicas” e na “Abordagem das Capacitações”. O objetivo é elaborar e aplicar o indicador multidimensional de pobreza proposto por Alkire e Foster (2007), e adaptado por Alkire e Santos (2010), à realidade baiana, em especial aos municípios com até 20 mil habitantes. O texto se fundamenta no entendimento de que os indicadores de pobreza e suas respectivas delimitações estão embasados em pressupostos teóricos relativos à conceituação de bem-estar social. Inicialmente, apresenta algumas considerações sobre o estudo da pobreza, enfatizando o direcionamento para a multidimensionalidade, e as principais contribuições das abordagens das “Necessidades Básicas e das Capacitações” para as análises de pobreza. Em seguida, calcula o Índice Alkire-Foster (IAF) para os municípios baianos, destacando a adequação desse índice à essas municipalidades, bem como aos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Os resultados da aplicação do IAF demonstram redução da pobreza multidimensional entre os anos selecionados e atestam que a pobreza era maior nos pequenos municípios, que concentravam quase 1/3 dos pobres do estado em 2010.

**Palavras-chave:** Bahia. Índice Alkire-Foster. Pobreza Multidimensional.

## “Multidimensional Poverty” Indicator and Its application to small municipalities in Bahia

**Abstract:** This article analyses multidimensional poverty in the municipalities of Bahia in the 2000s and 2010s, based on the “Basic Needs Approach” and the “Capacity Building Approach”. The objective is to elaborate and apply the multidimensional poverty indicator proposed by Alkire and Foster (2007), and adapted by Alkire and Santos (2010), to the Bahia’s reality, especially to municipalities with up to 20 thousand inhabitants. The text is based on the understanding that poverty indicators and their respective delimitations are based on theoretical assumptions related to the concept of social well-being. Initially, it presents some considerations about the study of poverty, highlighting the direction towards multidimensionality, and the main contributions of the Basic Needs and Capability approaches to poverty analyses. Then, it calculates the Alkire-Foster Index (IAF) for the municipalities in Bahia, highlighting the adequacy of this index for these municipalities, as well as the microdata from the 2000 and 2010 Demographic Censuses. The results of the application of the IAF demonstrate multidimensional poverty reduction between the selected years and attest that poverty was greater in small municipalities, which concentrated almost 1/3 of the state's poor in 2010.

**Keywords:** Bahia. Alkire-Foster Index. Multidimensional Poverty.

<sup>1</sup>Doutora em Economia (PPGE/UFBA). Mestre em Economia (PPGE/UFU). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Adjunta da Área de Economia do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) da UESB. ID ORCID: 0000-0002-1351-9974. E-mail: [fernanda.pessoti@uesb.edu.br](mailto:fernanda.pessoti@uesb.edu.br).

<sup>2</sup>Doutor em Economia Aplicada (UFV). Mestre em Ciência Florestal (UFV). Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor Associado IV no Departamento de Economia da Faculdade de Economia - Universidade Federal da Bahia. E-mail: [hnmata@ufba.br](mailto:hnmata@ufba.br).

## Introdução

O século XX foi, incontestavelmente, de grande melhoria no padrão geral de vida da população mundial. A análise de indicadores sociais no âmbito global demonstra que as condições de moradia, saúde e educação apresentaram considerável avanço, principalmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial (WORLD BANK, 2018).

Muito desse avanço se deve às políticas de bem-estar social, implementadas nesse ínterim por vários governos e incentivadas pelas principais instituições internacionais. O acesso à escola, o cuidado com a infância, o atendimento à saúde, a preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais são exemplos de alguns dos temas que passaram a compor o debate socioeconômico, ainda que limitados mais ao discurso do que à ação.

No entanto, também é incontestável que essa melhoria social não ocorreu de forma homogênea, e tampouco igualitária, ao redor do mundo e dentro de cada país. Na medida em que se avançava no atendimento das necessidades básicas em alguns países/regiões/localidades, em outros tantos espaços as condições de vida permaneceram precárias. Deste modo, o século XXI se iniciou caracterizado por uma profunda desigualdade socioeconômica entre os países e intra países, e com alto nível de pobreza.

Essa caracterização socioeconômica pode também ser percebida no caso do estado da Bahia, conhecido por ser uma economia concentrada espacial e setorialmente. O estudo da economia baiana mostra que os municípios de pequeno porte não se enquadraram no processo de crescimento industrial verificado na Bahia a partir da década de 1970, que promoveu a modificação da produção econômica do estado, o que contribuiu para o acirramento da concentração espacial da economia em poucas regiões do território baiano. Associado a isso, boa parte dos pequenos municípios baianos está localizada na região do semiárido, conhecida como uma área de baixa geração de produto interno e altamente suscetível aos problemas de estiagem. Ao longo do desenvolvimento econômico da Bahia, essas cidades não despertaram o interesse do capital produtivo que se direcionou para o estado, o que pode ser justificado pela carência de infraestrutura que essas localidades apresentavam e, em alguns casos, ainda apresentam.

No entanto, é possível também perceber que os pequenos municípios passaram por modificações em sua economia, principalmente no que diz respeito ao acesso a bens e serviços, seja pela via mercantil ou pela ação pública. A condição socioeconômica dos residentes desses municípios melhorou significativamente no intervalo entre os dois últimos censos demográficos realizados (2000 e 2010), embora ainda esteja aquém do ideal e não tenha abarcado toda a população. Essa melhoria resultou na redução da pobreza, tanto sob o aspecto monetário quanto

sob a perspectiva multidimensional. Esta última considera outras variáveis, que não exclusivamente a renda, como critério de identificação dos pobres.

Procurando compreender a situação socioeconômica dos municípios baianos de até 20 mil habitantes, este trabalho teve como objeto de estudo a pobreza multidimensional nos pequenos municípios da Bahia, com base em um indicador de pobreza multidimensional. Definiu-se como objetivo principal analisar a evolução dos níveis de pobreza multidimensional nos pequenos municípios baianos. O período escolhido de análise foi a década de 2000 a 2010, por serem esses anos os últimos disponíveis com informações censitárias. A hipótese central do trabalho é de a pobreza multidimensional nos municípios baianos de até 20 mil habitantes se reduziu na primeira década do século XXI, impulsionada pelo avanço das políticas sociais.

Para alcançar o objetivo principal do artigo, buscou-se: i) apresentar as abordagens das “Capacitações e das Necessidades Básicas” como fundamentação teórica para a análise da pobreza multidimensional nos pequenos municípios baianos; ii) analisar os níveis de pobreza nos pequenos municípios da Bahia com base no “Indicador de Pobreza Multidimensional” proposto por Alkire e Foster (2007) e adaptado por Alkire e Santos (2010).

Deste modo, a aplicação deste índice à análise da pobreza nos pequenos municípios da Bahia é a tarefa a ser executada neste artigo. A próxima seção é dedicada a apresentar as abordagens das “Capacitações” e das “Necessidades Básicas” como fundamentação teórica para a análise da pobreza multidimensional nos pequenos municípios baianos. A terceira seção expõe a metodologia para construção do indicador multidimensional. A adequação desse índice aos municípios baianos é o tema da subseção que trata das modificações necessárias para a construção do indicador utilizando os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, bem como do exame das variáveis que compõem o índice. Os resultados da aplicação do indicador aos municípios baianos são expostos na quarta seção, demonstrando as melhorias no nível de pobreza do estado e destacando a situação de pobreza dos pequenos municípios na primeira década do século XXI.

## **O Debate sobre a Pobreza: o Direcionamento para a Multidimensionalidade.**

A abordagem monetária é a que mais predomina no estudo da pobreza e, principalmente, na formulação de políticas de redução ou erradicação da pobreza (LACERDA, 2009; CODES, 2008; SILVA; LACERDA; NEDER, 2011). Pode-se entender a sua origem como um desdobramento dos primeiros trabalhos de estudo da pobreza, que associavam a pobreza à ideia de subsistência, sendo tal ideia baseada nas necessidades nutricionais mínimas. Assim, o conceito

de linha de pobreza extrema<sup>3</sup> foi estabelecido como a quantidade de recursos monetários necessários para atender as condições mínimas de alimentação, sendo a pobreza identificada como uma deficiência no consumo ou na renda, relacionada à esta linha de pobreza (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

A praticidade em se ter uma medida quantitativa unidimensional – no caso, a renda do indivíduo – permitiu o desenvolvimento de uma série de medidas e indicadores de pobreza no decorrer da segunda metade do século XX. Além disso, ao se adotar a renda como indicador exclusivo, as políticas de erradicação ou redução da pobreza foram direcionadas majoritariamente para a geração e/ou transferência de renda.

Embora a grande maioria dos trabalhos baseados na abordagem monetária de análise da pobreza reconheça a multidimensionalidade como característica primaz desse fenômeno, a incorporação dessa característica nas etapas de identificação e agregação<sup>4</sup> da pobreza é desconsiderada.

A incorporação dos aspectos relacionados às condições sociais e políticas do indivíduo na identificação do pobre requer o uso de um conjunto de informações dificilmente disponíveis ou passíveis de serem quantificadas. Por isso, os trabalhos empíricos fundamentados no enfoque multidimensional se baseiam, em sua maioria, no acesso a serviços essenciais e no atendimento de necessidades básicas.

As primeiras formulações teóricas a respeito da multidimensionalidade da pobreza podem ser encontradas nos trabalhos da chamada “Abordagem das Necessidades Básicas” (Basic Needs Approach) e, posteriormente, nas contribuições do economista Amartya Sen à “Abordagem das Capacitações” (Capability Approach).

Assim sendo, a multidimensionalidade é uma propriedade intrínseca à ANB, haja vista que todo o argumento de satisfação de necessidades básicas se baseia em um conjunto de variáveis a serem atendidas/satisfeitas, ao invés de se restringir a um elemento isolado do processo de desenvolvimento. Outra peculiaridade dessa abordagem é retirar, no plano macro, o foco exclusivo da demanda (renda) para um modelo no qual a oferta (bens e serviços, por exemplo) também é importante. Tal fato é relevante para as análises de pobreza, porque amplia as políticas contra a pobreza para além do aumento de renda e chama a atenção para a responsabilidade do setor público na oferta dos bens públicos (STEWART, 2006). Neste sentido,

---

<sup>3</sup>Até recentemente, a linha de pobreza extrema era chamada de linha de indigência nas publicações brasileiras sobre o tema.

<sup>4</sup>Sen (1976, p. 219) considera que a mensuração da pobreza é constituída por duas etapas: identificação e agregação. A primeira envolve a determinação de quem é o pobre, passando pela escolha do enfoque relativista ou absoluto de definição da linha de pobreza. A segunda etapa consiste na construção e/ou escolha do indicador/índice de pobreza. Para maiores detalhes, ver Sen (1976) e Lacerda (2009).

parece óbvio que “[...] *the BNA does not substitute for economic growth, but requires it since that economic growth is essential to generate the incomes the poor need and the public revenue to ensure that the sector supplies are adequate*” (STEWART, 2006, p. 17).

A intersecção entre a Abordagem das “Necessidades Básicas” e a “Abordagem das Capacitações (AC)” é alvo de controvérsias. Para alguns autores, esta última é uma evolução da primeira; para outros, trata-se de uma abordagem alternativa (BAGOLIN; ÁVILA, 2006). Em comum, vários autores reconhecem que a “Abordagem das Capacitações” apresenta uma estrutura filosófica mais abrangente (STEWART, 2006; ALKIRE, 2005a; BAGOLIN; ÁVILA, 2006; LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

De acordo com a abordagem das capacitações, a vida de um indivíduo pode ser vista como um conjunto de *functionings*, que são inter-relacionados e que se referem aos estados e ações dos indivíduos (SEN, 2001, p. 79). A realização de uma pessoa pode ser definida por um vetor de *functionings*. Assim, “[...] a asserção é que os funcionamentos [*functionings*] são constitutivos do “estado” [being] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes”. (SEN, 2001, p. 79).

Ao conjunto de vetores de *functionings*, Sen (2001; 2003; 2010) chama de *capability*, que reflete a liberdade substantiva da pessoa para levar um tipo de vida que ela valoriza. Ao tratar da abordagem das capacitações, Sen (2003, p. 5) expõe que

*The primitive notion in the approach is that functionings – seen as constitutive elements of living. A functioning is in achievement of a person: what he or she manages to do or to be, and any such functioning reflects, as it were, a part of the state of that person. The capability of a person is a derived notion. It reflects the various combinations of functionings (doings and beings) he or she achieve. [...] Capability reflects a person’s freedom to choose between different ways of living.*

Sob a perspectiva da *capability approach*, a pobreza é definida como privação de *capabilities* básicas. A pobreza é entendida não apenas como o estado em que a pessoa se encontra, mas também como a ausência de oportunidades reais, quer seja em função de limitações sociais, quer por situações pessoais (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997). Essa definição incorpora o argumento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, não sendo possível de restringir a sua análise a qualquer elemento único ou a um enfoque unidimensional.

Um aspecto não definido explicitamente nos trabalhos de Sen é a delimitação do que seriam as capacitações básicas (*basiccapabilities*), cuja privação se constituiria em pobreza. Alkire (2005a) sugere uma conceituação dessas capacitações condizente com a visão de pobreza absoluta:

*A basic capability is a capability to enjoy functionings that is defined at a general level and refers to a basic need, in others words a capability to meet a basic need (a capability to avoid malnourishment; a capability to be educated, and so on). The set of basic capabilities might be thought of as capabilities to meet basic human needs. (ALKIRE, 2005a, p. 163, grifos da autora).*

Para esta autora, há uma congruência entre a abordagem das necessidades humanas básicas e a abordagem das capacitações, o que contraria os argumentos do próprio Sen ao se referir à “Abordagem das Necessidades Básicas”<sup>5</sup>.

A proposta apresentada por Alkire (2005b) é de formação de uma abordagem interativa em que a expansão das *capabilities* satisfaz as necessidades humanas essenciais. O estabelecimento e articulação das necessidades básicas visando a liberdade e o exercício da condição de agente, resultariam em um papel essencial das *basicneeds* na abordagem das capacitações. Isso não significa que as duas abordagens sejam similares (ALKIRE, 2005a; 2005b). Além disso, no nível macro, a expansão de *capabilities* exige a (i) articulação de políticas públicas para que o vetor de *functionings* possa ser alterado e (ii) ausência de coerção, vista como limitadora da liberdade.

Para Stewart (1989), as duas abordagens se distinguem no que se refere ao foco da análise. Enquanto a abordagem das necessidades básicas foca nos resultados (ou seja, nas realizações do indivíduo), a abordagem das capacitações se concentra na liberdade de converter capacidades e habilidades. A escolha possui um papel central no enfoque seniano, não sendo o mesmo verificado na abordagem das *basicneeds* (STEWART, 1995).

Um outro ponto de diferenciação entre a ANB e a abordagem das capacitações está no fato de que esta última reconhece a heterogeneidade entre os indivíduos, de modo que alguns destes ou grupos possuem necessidades especiais que requerem, por exemplo, maior volume de recursos materiais para alcançar determinado conjunto de capacitações (STEWART, 2006).

No que se refere à abordagem monetária de análise da pobreza, ambos os enfoques são explícitos ao criticarem a exclusividade da renda como critério de identificação da pobreza e o pensamento utilitarista como base avaliativa e definidora do valor. A renda não deve ser vista como o *fim* do desenvolvimento, mas sim como um dos *meios* necessários para o desenvolvimento. Assim, a expansão da renda – isto é, o crescimento econômico – passaria de objetivo central à instrumental (SEN, 2010; 2001; 2003).

Neste sentido, a identificação da pobreza não pode se basear exclusivamente na renda/consumo, ignorando outras dimensões que influenciam o bem-estar, seja do indivíduo, da família, da comunidade, região ou país. As abordagens multidimensionais aqui apresentadas advogam que essa identificação deve envolver múltiplas linhas, especificando-se uma para cada

<sup>5</sup>Para maiores considerações sobre as críticas de Sen às necessidades básicas, ver Alkire (2005a), Stewart (2006) e Silva (2009).

privação (*capability*, *functionings* ou necessidade). A arbitrariedade na definição dessas linhas, bem como das dimensões, é difícil de ser evitada (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). Entretanto, essa definição deve ser a mais explícita possível, justificando-se as escolhas (KUKLYS, 2005).

A agregação das dimensões em uma medida única de pobreza requer cuidado adicional para se evitar o surgimento de *trade-offs* entre dimensões e a redução da multidimensionalidade (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003). A construção de índices multidimensionais é um esforço empreendido por vários autores na tentativa de consolidar a análise aplicada sobre a pobreza multidimensional. Os trabalhos de Asselin (2002), Bourguignon e Chakravarty (2003), Barros, Carvalho e Franco (2006) e Alkire e Foster (2007) são alguns exemplos. Este último trabalho propõe uma adaptação da família de índices FGT<sup>6</sup> à análise multidimensional, apresentando um indicador que permite decomposições. Além disso, o indicador proposto por esses autores, com adequações feitas por Alkire e Santos (2010), é a base para construção do "Índice de Pobreza Multidimensional" apresentado pelo PNUD em seu Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado no ano de 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010).

### **A Mensuração da Pobreza Multidimensional: o Índice de Pobreza Multidimensional (Multidimensional Poverty Index)**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem publicado, em seus Relatórios Anuais de Desenvolvimento Humano (RDH), indicadores de desenvolvimento e pobreza que se tornaram referências para os pesquisadores dessa temática. Foi assim, por exemplo, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no início da década de 1990, que se tornou elemento-chave nas análises de desenvolvimento e que contribuiu para deslocar a atenção para outras variáveis e dimensões que não apenas a renda/produto. O Índice de Pobreza Humana (IPH), publicado em 1997, também desempenhou papel importante nas discussões sobre pobreza e fomentou as propostas para formulação de outros indicadores de privações.

Considerando a evolução no pensamento científico sobre a pobreza e as contribuições trazidas pela Abordagem das Capacitações para este pensamento, o Índice de Pobreza Multidimensional (*Multidimensional Poverty Index* - MPI) passou a compor o grupo de indicadores<sup>7</sup>

<sup>6</sup>Família de índices proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) e que se constitui em uma das principais e mais utilizadas medidas de análise da pobreza. Para maiores detalhes, ver Foster, Greer e Thorbecke (1984) e Lacerda (2009).

<sup>7</sup>O RDH publicado em 2010 introduz também o IDH Ajustado à Desigualdade e o Índice de Desigualdade de Gênero. Para maiores detalhes sobre esses índices, ver PNUD (2010).

publicados periodicamente pelo PNUD no RDH. Desde a sua publicação, o MPI se tornou um índice de referência no estudo da pobreza sob a perspectiva multidimensional, com diversas aplicações ao redor do mundo e no Brasil.

A formulação do MPI foi proposta, inicialmente, no trabalho de Alkire e Foster (2007) e tinha por objetivo responder as três questões fundamentais para análise da pobreza multidimensional: i) como identificar o “pobre multidimensional” (*multidimensionally poor*); ii) qual medida de pobreza multidimensional a ser usada; iii) quais medidas permitiriam o uso de dados ordinais (ALKIRE; FOSTER, 2007). Nas palavras dos autores, “[...] *identification in a multidimensional setting, the construction of an aggregate measure, and how to measure poverty when data are only ordinally significant*”. (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 4).

O MPI utiliza um método híbrido para identificar o pobre sob a perspectiva multidimensional. Considerando ***d* o número de dimensões analisadas** e  $y = [y_{ij}]$  como uma matriz de realizações  $n \times d$ , em que  $n$  representa o total de indivíduos  $i$ , as realizações (*achievements*) do indivíduo  $i$  ( $y_i$ ) constituem o vetor linha e as dimensões se configuram nos vetores colunas, de modo que cada vetor coluna ( $y_j$ ) ilustra a distribuição de realizações da dimensão  $j$  entre os indivíduos. Estabelecendo  $\rho(y_j; z_j)$  como uma variável indicativa de pobreza, em que  $z_j$  é o vetor linha dos cortes específicos de cada dimensão (linha de pobreza -  $z_j$ ), o indivíduo é considerado pobre se  $[\rho(y_j; z_j) = 1]$  e não pobre se  $[\rho(y_j; z_j) = 0]$ . Formalmente, a função de identificação é representada por<sup>8</sup>  $\rho: R_+^d \times R_{++}^d \rightarrow \{0,1\}$  (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 5).

Uma vez que o interesse está nas privações sofridas pelo indivíduo, a matriz de privações  $g^j$  deve ser construída, de modo que seus elementos assumam valor 1 quando  $y_{ij} < z_j$  e valor 0 para os demais casos. Com base na matriz  $g^j$ , é possível construir o vetor coluna  $c$  de privações, cujo elemento  $c_i$  equivale ao número de privações sofridas pela pessoa  $i$ .

O método de identificação *dual cutoff* (pontos de corte duplos) propõe estabelecer uma linha de corte intermediária  $k$  para o vetor de privações sofridas pelo indivíduo ( $c_i$ ), sendo  $1 \geq k \geq d$ . Então,  $k$  seria o número máximo de dimensões em que o indivíduo não alcançaria os *cutoffs* específicos para ser considerado pobre. Por exemplo, se o indivíduo tivesse  $k$  ou mais privações dentro das  $d$  dimensões escolhidas seria considerado pobre. A função de identificação seria então dependente de cortes intra dimensão ( $z_j$ ) e entre dimensões ( $k$ ). Assim, para “[...]  $k = 1, \dots, d$  seja  $\rho_k$  o método de identificação definido por  $\rho_k(y_j; z_j) = 1$  quando  $c_i \geq k$ , e  $\rho_k(y_j; z_j) = 0$  quando  $c_i < k$ ” (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 8, tradução nossa).

Para Alkire e Foster (2007, p. 9), o método de *dual cutoff* tem três características que merecem destaque:

<sup>8</sup> A representação apresentada está na forma matricial.

*First, it is 'poverty focused' in that an increase in an achievement level  $y_{ij}$  of a non-poor person leaves its value unchanged. Second, it is 'deprivation focused' in that an increase in any non-deprived achievement  $y_{ij} \geq z_i$  leaves the value of the identification function unchanged; in words, a person's poverty status is not affected by changes in the levels of non-deprived achievements. Finally, the dual cutoff identification method can be meaningfully used with ordinal data, since a person's poverty status is unchanged when a monotonic transformation is applied to an achievement level and its associated cutoff.*

A medida de pobreza multidimensional  $M$  expressa a relação entre a matriz de realizações  $y$  e as linhas de corte  $z$  de cada dimensão. No entanto, para que se torne possível o cálculo de medidas convencionais de pobreza da família de índice FGT, faz-se necessário que sejam feitas adaptações na metodologia de mensuração destes índices, de forma que a propriedade da monotonicidade dimensional – se o pobre se torna privado em uma dimensão adicional, a medida de pobreza deve aumentar – seja satisfeita. Para isso, uma nova matriz de privações deve ser construída, excluindo-se as privações dos não pobres, dado o valor da linha de corte  $k$ . Essa matriz restrita de privações é a soma ponderada das privações sofridas pelos pobres e a base para construção do vetor restrito de privações totais  $c(k)$ . Ao se dividir essa soma ponderada de privações pelo número total de pobres, multiplicado pelo número de dimensões –  $[c_i(k)/qd]$  – tem-se a privação média entre os pobres, ou índice  $A$  (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 10; ALKIRE; SANTOS, 2010, p. 10).

As informações sobre incidência e privação média da pobreza são combinadas para a formulação do índice  $M_0$ , também chamado de proporção ajustada de pobres, em comparação com o índice  $H$  (proporção de pobres, considerado o  $FGT_0$  dentro da família de índices FGT). Deste modo, este índice pode ser definido como  $M_0 = HA$  (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 10; ALKIRE; SANTOS, 2010, p. 10). Ao se acrescentar ao  $M_0$  a intensidade média da pobreza – gap entre as privações médias dos pobres e a linha de corte  $k$ , é possível calcular o  $M_1$  ou gap ajustado de pobreza:  $M_1 = HAG$ . Conseqüentemente, se à medida  $M_0$  for adicionada a severidade média de privações ( $S$ ), obtém-se a medida  $M_2 = HAS$ , que representa o índice  $P_2$  ajustado para a pobreza multidimensional.

Do exposto, é fácil identificar que os índices propostos por Alkire e Foster (2007) se constituem em uma adequação dos índices formulados por Foster, Greer e Thorbecke (1984) à análise multidimensional da pobreza. As medidas FGT ajustadas  $M_\alpha$  ( $y; z$ ) podem ser definidas como  $M_\alpha = \mu(g_x(k))$  para  $\alpha \geq 0$  (ALKIRE; FOSTER, 2007, p. 12). Elas possuem as propriedades da decomposição, invariância na replicação, simetria, foco na pobreza e na privação, monotonicidade fraca e dimensional, não trivialidade, normalização, fraca transferência, rearranjo fraco (ALKIRE; FOSTER, 2007).

O índice desenvolvido pela *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI) e publicado pelo PNUD equivale à medida  $M_0$  do FGT ajustado. As características da monotonicidade e da decomposição tornam esta uma medida robusta e adequada a comparações (ALKIRE; SANTOS, 2010). Segundo Alkire e outros (2016, p. 4), o MPI é uma medida de pobreza extrema, devido às suas particularidades:

*[...] First, it includes people living under conditions where they do not reach the minimum internationally agreed standards in indicators of basic functionings [...]. Second, it refers to people living under conditions where they do not reach the minimum standards in several aspects at the same time.*

Entretanto, a versatilidade na escolha das dimensões e variáveis que podem integrar a medida  $M_0$  permite que o MPI seja altamente ajustável ao contexto de análise a ser desenvolvida, o que contribui para sua disseminação como medida de pobreza multidimensional. No caso do MPI publicado pelo PNUD, ele é composto de três dimensões - educação, saúde e padrão de vida - e dez indicadores - nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, crianças matriculadas, combustível para cozinhar, saneamento, acesso à água, acesso à eletricidade, tipo de piso no domicílio, posse de ativos. Cada indicador possui o mesmo peso dentro da dimensão, e cada dimensão possui o mesmo peso dentro do índice.

A unidade de análise é a família, escolha restringida pela disponibilidade de dados, mas que é justificada pelas interações entre indicadores dentro de cada família (ALKIRE; SANTOS, 2010). As linhas de corte para cada indicador foram definidas com base em padrões internacionais, apoiando, a princípio, os ODM's (ALKIRE; SANTOS, 2010, p. 17) e, posteriormente, os ODS's (ALKIRE; KANAGARATNAM; SUPPA, 2018, p. 9). A segunda linha de corte da metodologia, a linha de pobreza multidimensional  $k$ , que define o número de privações que a família pobre experimenta ao mesmo tempo, é fixada em  $k = 3$ , o que significa que o indivíduo para ser considerado pobre precisa ser privado em pelo menos 30% dos indicadores ponderados (ALKIRE; SANTOS, 2010, p. 19).

A formulação do MPI não passa incólume às críticas. Ravallion (2011) questiona o uso de medidas agregadas de pobreza multidimensional, afirmando que a agregação de múltiplas dimensões em um índice sintético contradiz a própria multidimensionalidade defendida. Além disso, este autor contesta a seleção de dimensões e indicadores a serem incluídos no índice multidimensional, nominalmente no proposto por Alkire e Santos (2010), ressaltando que são decisões *ad hoc* feitas pelo analista.

Se a arbitrariedade está presente no estabelecimento das dimensões e variáveis que constituem a análise, é notório a necessidade de justificar as escolhas conforme critérios teoricamente e/ou empiricamente fundamentados. Segundo enfatizado por Sen (2001, p. 171),

“[...] não estamos inteiramente livres para caracterizar a pobreza de qualquer modo que nos agrade”. Ainda que se reconheça as limitações e dificuldades do desenvolvimento de análises multidimensionais de pobreza, o esforço analítico deve ser realizado.

### **Construção do índice Alkire-Foster para os pequenos municípios baianos**

A aplicação da metodologia do MPI ao estudo da pobreza nos pequenos municípios da Bahia requer o esclarecimento de alguns aspectos. O primeiro deles se refere ao espaço de análise, ou seja, os pequenos municípios. De acordo com Maia (2010), a adjetivação da cidade como pequena é associada ao tamanho da cidade, utilizando, geralmente, informações de contingentes populacionais. Deste modo, “[...] na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; [...]. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos”. (MAIA, 2010, p. 18).

Assim, a definição de pequenos municípios empregada neste estudo como recorte espacial da análise é a das localidades que contavam com até 20 mil habitantes, segundo informações do Censo Demográfico de 2010. O estudo abrange todos os 417 municípios da Bahia, mas foco especial é dado aos municípios que se incluem nessa categoria de análise.

A segunda observação é com relação ao conceito de pobreza. Procurou-se adotar uma conceituação que considerasse as contribuições das abordagens das “Necessidades Básicas” e das “Capacitações” à pobreza multidimensional. Neste sentido, a pobreza segue a definição de Lacerda (2009, p. 106): “[...] insatisfação de necessidades humanas básicas que priva o indivíduo de desenvolver e expandir as suas capacitações (o seu *capability set*)”. Os indicadores que compõem as dimensões estão relacionados às necessidades básicas (recursos disponíveis – o que se tem) e às *functionings* (estados – o que se é).

A construção da sintaxe para o cálculo do indicador também merece atenção. Apesar de ser elaborada especificamente para atentar aos objetivos da investigação aqui apresentada, a metodologia foi formalizada com base nas rotinas utilizadas por Silva (2015), gentilmente cedida pela autora, e por Oxford Poverty&HumanDevelopmentInitiative (2017).

Por último, deve-se salientar que o indicador formulado não tem a pretensão de se constituir em uma medida ideal de pobreza, mas sim em fomentar o debate sobre as condições sociais vividas pelas populações dos pequenos municípios baianos e contribuir para as análises sobre a economia baiana.

A fonte de dados utilizada para o cálculo do Índice Alkire-Foster para os municípios baianos foi o Censo Demográfico, referente aos anos de 2000 e 2010. Os microdados do Censo permitem a agregação das variáveis por município, não sendo possível chegar a este nível de

espacialidade com outras pesquisas de informações socioeconômicas sistematicamente divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha por esse período se justifica pelo fato de se tratar dos últimos anos de realização dessa pesquisa. Foram utilizadas informações individuais, tanto do arquivo de “pessoas”, quanto do arquivo de “domicílios”, para caracterizar a privação de cada residente. Essas informações foram agrupadas considerando o município de residência com a finalidade de calcular o índice por município.

Na aplicação do Índice Alkire-Foster às cidades baianas, as dimensões se igualam às aquelas componentes do MPI - PNUD: educação, saúde e padrão de vida. O que se diferencia são os indicadores de cada dimensão. Manteve-se a opção pelo mesmo número de indicadores por dimensão, de forma a não alterar a estrutura de pesos do índice. A linha de corte  $k$  para as dimensões foi a mesma utilizada pelo PNUD, correspondente à  $1/3$ , o que significa que se o indivíduo não atende a pelo menos 33,3% do peso total dos indicadores, ele é considerado “pobre”. Os indicadores componentes de cada dimensão e suas respectivas linhas de corte são apresentados no Quadro 1.

A dimensão educação é constituída por duas variáveis: i) **anos de escolaridade**, considerando-se como privação a não conclusão do ensino fundamental (8ª série ou 9º ano) por metade dos indivíduos que possuem 18 anos ou mais. O MPI - PNUD estabelece como linha de corte a inexistência de membro familiar com menos de 5 anos de estudo. Escolheu-se adotar uma linha de pobreza mais restritiva, entendendo que a existência de um único membro com ensino fundamental completo (que já é uma restrição mais forte do que os 5 anos de estudo) não assegura à família perda da vulnerabilidade. Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, instituiu a educação como direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988), sendo, portanto, esperado que o acesso ao ensino fundamental seja garantido; ii) **acesso das crianças à escola**, estabelecendo-se que toda criança, a partir dos 6 anos de idade<sup>9</sup>, deve estar frequentando a escola, independente do ano/série em que ela está. O não acesso à escola/creche é entendido como privação, haja vista a correlação existente entre esta situação e a pobreza.

A dimensão saúde é composta pelas variáveis **óbito fetal** e **limitação de saúde**, ambas distintas dos indicadores de saúde do MPI - PNUD. As dificuldades para quantificar a mortalidade infantil e ausência de informações nutricionais nos dados censitários impossibilitaram o uso dos indicadores de saúde originalmente incluídos no MPI - PNUD. A

<sup>9</sup>Para padronizar as variáveis entre os anos 2000 e 2010, a definição da linha de corte dessa variável obedeceu a Lei 11.114/2005, que estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade do acesso ao ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade. De todo modo, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos já estava assegurado pelo texto constitucional de 1988, que estava em vigor no ano 2000.

existência de óbito fetal no domicílio é entendida como privação, indicando assistência precária ou ausência de assistência às gestantes.

A inclusão do indicador que trata dos aspectos limitadores de saúde segue o trabalho de Silva (2015). Estes aspectos se referem à dificuldade de enxergar, dificuldade de ouvir, dificuldade de andar, deficiência mental. A linha de corte foi estabelecida como a existência de morador com deficiência mental ou se a metade ou mais dos moradores possui alguma dificuldade auditiva, visual ou locomotiva.

**Quadro 1** – Dimensões, Indicadores e Linhas de Corte do Índice Alkire- Foster Adaptado aos Municípios Baianos

Dimensão	Indicadores	Linha de Corte
Educação	Anos de Escolaridade	não conclusão do ensino fundamental (8ª série ou 9º ano) por metade dos membros do domicílio com idade igual ou superior a 18 anos
	Acesso das Crianças à Escola	Existência de criança no domicílio fora da escola
Saúde	Óbito Fetal	Registro de óbito fetal no domicílio
	Limitação de Saúde	Existência de morador no domicílio com deficiência mental ou se a metade ou mais dos moradores possui alguma dificuldade auditiva, visual ou locomotiva.
Padrão de vida	Acesso à Energia Elétrica	Ausência de energia elétrica no domicílio
	Abastecimento de Água	Urbano - Abastecimento de água diferente de rede geral e ausência de água canalizada no domicílio; Rural - Abastecimento de água diferente de rede geral, poço ou nascente na propriedade, ou não armazenada em cisterna e ausência de água canalizada no domicílio.
	Condições de Saneamento	Urbano – ausência de esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica) e de banheiro de uso exclusivo; Rural - ausência de esgotamento sanitário adequado (rede geral, fossa séptica ou fossa rudimentar) e de banheiro de uso exclusivo;
	Pessoas por Dormitório	Superior a 3
	Coleta de Lixo	Não realizada por serviço de limpeza ou lixo não queimado na propriedade
	Propriedade de Ativos	Ausência de posse de pelo menos um ativo de informação (tv, rádio, telefone) e um ativo de mobilidade (carro, moto) ou um ativo de consumo durável (geladeira)

Fonte: Elaboração própria (2020)

A dimensão padrão de vida é formada pelas seguintes variáveis: **acesso à energia elétrica; forma de abastecimento de água do domicílio** (proxy para a variável acesso à água tratada contida no MPI elaborado pelo PNUD), considerado inadequado nos domicílios urbanos quando não proveniente de rede geral e nos domicílios rurais quando não fornecida por rede geral, poço ou nascente na propriedade ou quando não armazenada em cisterna, no caso de água da chuva; **condições de saneamento**, definida como acesso ao esgotamento sanitário adequado (rede geral ou fossa séptica, para os domicílios urbanos, e, adicionalmente, fossa rudimentar para os domicílios rurais) e existência de banheiro de uso exclusivo. No MPI elaborado pelo PNUD, a não privação é considerada como a existência de banheiro de uso exclusivo no domicílio. Como o indicador defende saneamento adequado, optou-se por utilizar a forma de esgotamento na definição da linha de corte; **pessoas por dormitório e coleta de lixo**, sendo estas duas últimas variáveis incluídas em substituição às variáveis "Combustível para Cozinhar" e "Tipo de piso", que integram o indicador calculado pelo PNUD.

A justificativa para essas inclusões foi de manter o número de variáveis utilizadas no cálculo do MPI. Com relação à coleta de lixo, o argumento para a manutenção dessa variável passa pelo reconhecimento de que o problema do lixo é grave e coloca em risco a vida de muitas pessoas, afetando diretamente o desenvolvimento sustentável defendido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em um primeiro momento, e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O indicador pessoas por dormitório acompanha a proposta de Silva (2015) e está também relacionado com a definição de assentamento precário da ONU (ONU, 2008) e do governo brasileiro (BRASIL, 2010), que estabelece o adensamento excessivo como uma das características desse tipo de assentamento. A sexta variável componente da dimensão padrão de vida é a **propriedade de ativos**, definida como a ausência de posse de pelo menos de um ativo de informação (tv, rádio, telefone) e um ativo de mobilidade (carro, moto) ou 1 ativo de consumo durável.

As informações coletadas do Censo Demográfico 2000 e 2010 apontam para uma melhoria nos indicadores que compõem o MPI elaborado para os municípios baianos. Entretanto, a melhoria verificada entre os anos 2000 e 2010 não aconteceu de forma homogênea para os habitantes dos distintos grupos de municípios, com exceção dos indicadores de saúde, que evoluíram de maneira mais uniforme. Entre as condições de moradia, o grupo de melhor situação era o das cidades com população entre 50 mil e 100 mil habitantes. No que diz respeito aos aspectos educacionais, os municípios de maior porte (acima de 100 mil habitantes) apresentavam menos restrições. Os pequenos municípios pertenciam ao grupo de maiores desafios a serem superados.

O único entre os 10 indicadores do Índice Alkire-Foster a apresentar crescimento no critério de privação entre os anos 2000 e 2010 foi o de aspecto limitadores de saúde. No entanto, isso não pode ser considerado, a princípio, como algo negativo, haja vista que pode estar relacionado com maior expectativa de vida e melhoria das condições de sobrevivência dos indivíduos com algum dos tipos de limitações considerados. A concessão de benefício monetário aos portadores de necessidades especiais, instituída pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a expansão no atendimento de saúde e assistencial a este público são aspectos que incidiram positivamente para a ampliação do percentual da população convivendo com limitações de saúde.

Neste sentido, convém esclarecer que o critério de privação foi definido considerando que a existência de um ou mais dependentes no domicílio exige uma organização familiar que pode restringir o acesso de alguns membros ao mercado de trabalho e, portanto, ampliar o risco de pobreza.

### Os Resultados do Índice Alkire-Foster Adaptado

As estimativas do MPI para os anos de 2000 e 2010 demonstram uma queda substancial na pobreza multidimensional das cidades baianas, refletindo as melhorias observadas ao se examinar separadamente os indicadores que compõem o Índice Alkire-Foster adaptado. Conforme apresentado na Tabela 1, quando se analisa o conjunto dos municípios, o valor do MPI se reduz em mais da metade, justificado pela diminuição na proporção de pobres, ou índice H, haja vista que a privação média – índice A – entre os indivíduos pobres não se reduziu com a mesma intensidade. Os índices H e A expostos na Tabela 1 foram estimados considerando a metodologia FGT para pobreza multidimensional (ALKIRE; FOSTER, 2007).

**Tabela 1** – Indicadores de Pobreza Multidimensional, por grupos de municípios. Bahia, 2000 e 2010

Municípios	MPI (M <sub>0</sub> ) (H*A)		Proporção de pobres (H) (%)		Priveção Média (A)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Bahia</b>	0,26	0,11	54,60	25,99	0,48	0,42
<b>Até 20 mil habitantes</b>	0,38	0,16	73,52	35,92	0,50	0,43
<b>20 mil a 50 mil habitantes</b>	0,35	0,15	68,08	33,76	0,50	0,43
<b>50 mil a 100 mil habitantes</b>	0,29	0,12	60,12	28,07	0,50	0,42
<b>Mais de 100 mil habitantes</b>	0,17	0,06	37,37	17,24	0,46	0,40

Fonte: Elaboração própria (2020)

Pelos resultados gerais dos indicadores, nota-se que a pobreza era maior nos pequenos municípios, com a proporção de pobres entre a população residente quase 10 pontos percentuais acima da verificada para o estado no ano 2010. A privação média não se diferenciava substancialmente da observada para o estado, indicando que, no geral, a situação de pobreza era a mesma nesses municípios e no total do território baiano.

A aplicação do Índice Alkire-Foster aos municípios da Bahia mostra que a pobreza multidimensional era maior nas cidades com até 50 mil habitantes. Chama a atenção, na Tabela 1, a queda considerável no valor do indicador entre os anos 2000 e 2010, reduzindo a distância entre as pequenas e grandes cidades. Ainda assim, a situação das localidades de menor população reforça os problemas enfrentados por estas em termos de desenvolvimento social e econômico.

**Tabela 2** – Decomposição do MPI ( $M_0$ ) por situação censitária – Bahia, 2000 e 2010

Área	Indicador de Pobreza Multidimensional ( $M_0$ )	
	2000	2010
<b>Bahia</b>	0,26	0,11
<b>Metropolitana urbana</b>	0,13	0,05
<b>Metropolitana rural</b>	0,36	0,19
<b>Urbano</b>	0,23	0,10
<b>Rural</b>	0,45	0,21

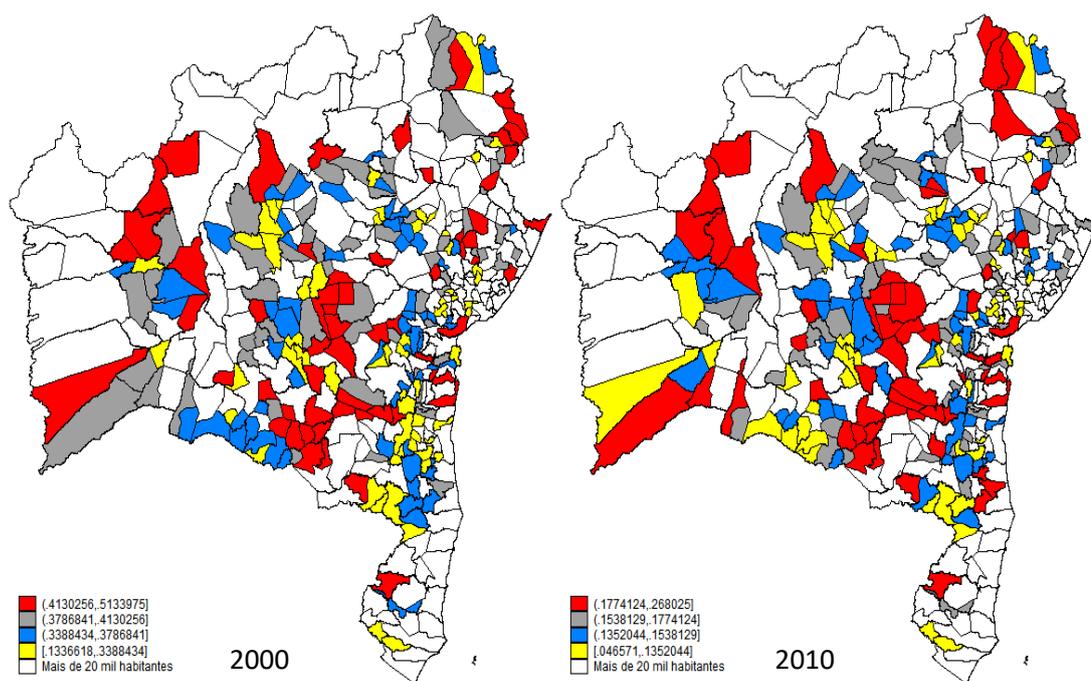
Fonte: Elaboração própria (2020)

Decompondo o MPI por situação censitária, definida de acordo com o parâmetro estabelecido para os Censos 2000 e 2010, percebe-se, de acordo com os resultados da Tabela 2, que nos dois anos avaliados a pobreza multidimensional era superior no meio rural. Embora muitas das discussões contemporâneas sobre a pobreza enfatizem a ampliação desse fenômeno no meio urbano, impulsionado pelo crescimento das cidades, a incidência de privações nas áreas rurais do estado da Bahia apontava para a necessidade de expansão da cobertura de serviços básicos e melhoria das condições de vida da população do campo. Historicamente carente de assistência pública e exposta às intempéries climáticas, como as secas prolongadas que atingem boa parte do território baiano, a população rural continuava a ser caracterizada como a mais pobre na primeira década do século XXI.

Restringindo a análise aos pequenos municípios da Bahia, percebe-se que as maiores concentrações de pobreza multidimensional se localizavam no Sudoeste, Oeste e Centro do estado, com a formação de grupos de cidades circunvizinhas na faixa mais elevada encontrada

para o indicador. É possível identificar, no Mapa 1, que a região que faz limite com o estado de Minas Gerais apresentou uma melhora na sua posição relativa, saindo do 2º quartil para o 1º quartil da distribuição entre 2000 e 2010. Por outro lado, a área Sul do território mais próxima ao litoral modificou negativamente sua posição relativa, passando do 1º quartil em 2000 para o 2º quartil em 2010, a despeito da melhoria no valor absoluto do MPI.

**Mapa 1** - MPI (M0) por municípios com até 20 mil habitantes – Bahia, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria (2020)

**Tabela 3** – Decomposição de Indicadores de Pobreza Multidimensional por grupos de municípios – Bahia, 2000 e 2010

Municípios	P <sub>1</sub> <sup>(1)</sup>		P <sub>2</sub> <sup>(2)</sup>		M <sub>0</sub> <sup>(3)</sup>	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Até 20 mil habitantes	0,307	0,294	0,756	0,367	0,315	0,301
20 mil a 50 mil habitantes	0,322	0,336	0,704	0,351	0,329	0,344
50 mil a 100 mil habitantes	0,126	0,135	0,605	0,291	0,126	0,135
Mais de 100 mil habitantes	0,245	0,234	0,379	0,161	0,229	0,221

Fonte: Elaboração própria (2020)

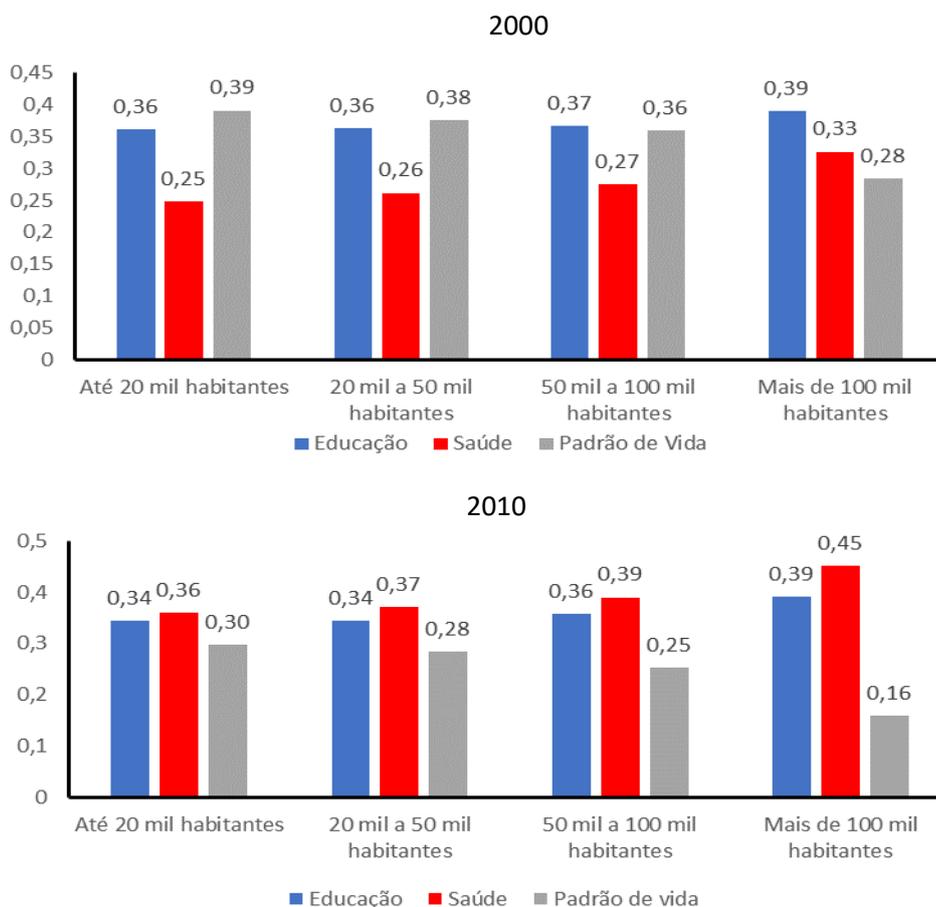
- Notas: (1) Participação de pobres do grupo de municípios no total de pobres do estado.  
 (2) Participação dos pobres do grupo de municípios na população total do grupo.  
 (3) Decomposição do MPI por grupo de municípios.

Ao se comparar a população pobre dos grupos de municípios com o total de pobres da

Bahia ( $P_1$ ), constata-se, de acordo com as informações da Tabela 3, que a participação dos pobres dos municípios com até 50 mil habitantes se manteve estável ao longo da primeira década dos anos 2000, estando nestes municípios mais de 60% dos pobres do estado. Isso demonstra que é nesse grupo de cidades que está localizada a pobreza baiana. Apesar de representar aproximadamente 20% da população baiana, os residentes dos pequenos municípios equivaliam a quase 30% do total de pessoas pobres do estado.

A participação das pequenas cidades no Índice Alkire-Foster calculado para a Bahia – $M_0$  da Tabela 3 - continuava significativa em 2010, em torno de 30%. Dadas as características socioeconômicas desse grupo, essas constatações não surpreendem. É importante ressaltar que o MPI calculado não considera diretamente a variável renda, refletindo, portanto, privações sociais no acesso a condições básicas de vida.

**Gráfico 1** - Decomposição do MPI ( $M_0$ ) por dimensão e por grupo de municípios – Bahia, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria (2020)

Os municípios com mais de 100 mil habitantes correspondiam a cerca de 40% da população baiana em 2010, mas tinham um percentual de pobres inferior ao das cidades de

menor porte, o que pode ser verificado pelo índice  $P_2$  da Tabela 3. Os resultados mais positivos para a decomposição dos indicadores de pobreza multidimensional expostos na Tabela 3 foram alcançados pelos municípios com número de habitantes entre 50 e 100 mil.

Avaliando as dimensões do MPI por grupo de municípios, identifica-se que há uma homogeneidade entre os grupos na contribuição da educação nos anos 2000 e que permanece em 2010. A contribuição da saúde se eleva, como visualizado no Gráfico 1, diante da redução da participação da dimensão padrão de vida. Essa redução foi mais intensa nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Nas cidades com até 20 mil habitantes, a contribuição de cada dimensão componente do índice sinaliza que as privações ocorriam de maneira mais uniforme, tornando-se necessária ações de melhoria nos indicadores de educação, saúde e padrão de vida.

### Considerações Finais

O indicador de pobreza multidimensional (Multidimensional Poverty Index - MPI), baseado no índice Alkire-Foster (IAF) e calculado para o conjunto dos municípios da Bahia, indica que a pobreza se reduziu entre os anos censitários de 2000 e 2010.

No entanto, nas cidades com população de até 50 mil habitantes, os indicadores apontam que a proporção de pobres é maior do que no restante do estado, embora a privação média fosse praticamente a mesma entre os grupos de municípios. O MPI para o conjunto de pequenos municípios era quase 50% superior ao calculado para a Bahia como um todo.

Em termos espaciais, os municípios pertencentes a esta categoria com maiores níveis de pobreza multidimensional estavam localizados na região central, no sudoeste e no oeste do estado. Um ponto a ser reforçado é de que aproximadamente 30% dos pobres do estado residiam nos pequenos municípios, contingente expressivo quando se considera que 40% da população baiana vivia nessas localidades em 2010.

A modificação positiva no MPI calculado entre os anos 2000 e 2010 motivam a avaliação de quais fatores mais contribuíram para a diminuição da pobreza multidimensional nas municipalidades da Bahia. Nos debates sobre a redução da pobreza, dois fatores são comumente citados: crescimento econômico e política social.

Por serem fatores que afetam diretamente a renda, o efeito desses sobre a pobreza multidimensional não é preciso, razão pela qual tal efeito precisa ser investigado. Tão importante quanto a promoção da expansão da renda é a garantia de atendimento de necessidades humanas básicas que assegure o desenvolvimento das capacitações dos indivíduos, ponto central da análise

da pobreza multidimensional em espaços com características socioeconômicas como as apresentadas pelos pequenos municípios baianos.

### Referências

- ALKIRE, S.. Basic Needs and Basic Capabilities. In: ALKIRE, Sabine. Valuing Freedoms: Sen's Capability Approach and Poverty Reduction. Oxford: Oxford University Press, 2005a, cap. 5.
- ALKIRE, S.. Needs and Capabilities. Royal Institute of Philosophy Supplement, Cambridge, 57, p. 229-252, 2005b.
- ALKIRE, S., FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. OPHI, 2007 (Revised May 2008). Working paper n° 7. Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7.pdf>. Acesso em: 03 dez 2018.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M.E. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. OPHI, 2010. Working Paper n° 38. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp38.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.
- ALKIRE, S.; KANAGARATNAM, U.; SUPPA, N. The Global Multidimensional Poverty Index (MPI): 2018 Revision. OPHI, 2018. MPI Methodological Notes 46. Disponível em: [https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI\\_MPI\\_Meth\\_Note\\_46.pdf](https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI_MPI_Meth_Note_46.pdf). Acesso em: 03 dez. 2018.
- ASSELIN, Louis-Marie. Composite Indicator of Multidimensional Poverty. Multidimensional Poverty. Québec: Institut de Mathématique Gauss, 2002. Disponível em: <http://www.pep-net.org/NEW-PEP/Group/PMMA/pmma-train/files/Multi-Dim-Pov-Doc%201.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2007.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. Trabalhos Apresentados... Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.. Pobreza Multidimensional no Brasil. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1227, out. 2006. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1227.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf). Acesso em: 02 dez 2018.
- BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. The Measurement of Multidimensional Poverty. Journal of Economic Inequality, Netherlands, v. 1, n. 1, p. 25-49. 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível

em: [http://mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Mapeamento\\_Ass\\_Precarios.pdf](http://mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Mapeamento_Ass_Precarios.pdf). Acesso em: 29 nov. 2019.

CODES, Ana Luiza M. de. A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em direção a uma visão complexa. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n.1332, abr. 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf). Acesso em: 15 nov. 2018.

FOSTER, J., GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, Princeton, v. 52, n. 3, p. 761-766, may 1984.

GRUSKY, D.; KANBUR, R.. Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: the view from economics and sociology. Aug. 2004. In: GRUSKY, D.; KANBUR, R. (eds.) *Poverty and Inequality*. California: Stanford University Press, 2006. Disponível em: [www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GruskyKanbur](http://www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GruskyKanbur). Acesso em: 10 fev. 2009.

KUKLYS, W. Amartya Sen's Capability Approach: theoretical insights and empirical applications. Berlin: Springer, 2005. *Studies in Choice and Welfare*.

LACERDA, F. C. C..A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação (Mestrado em Economia). 2009. 210f. - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F.. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series*. Oxford, n.107, maio 2003. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.

MAIA, D. S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudos de casos*. Salvador: SEI, 2010. p. 13-41. (Série Estudos e Pesquisas, v. 87).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Official List of Millennium Development Goals Indicators. 2008. Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/OfficialList.htm>. Acesso em: 01 dez. 2019.

OXFORD POVERTY & HUMAN DEVELOPMENT INICIATIVE. *Global Multidimensional Poverty Index - Brazil PNAD 2014* [STATA do-file]. [S. l.]: University of Oxford, 2017. Disponível em: <https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/mpo-resources/>. Acesso em: 24 ago. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Poverty Statistics: Santiago Seminar*. Santiago: CEPAL, 1997. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/19768/S9840324\\_en.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/19768/S9840324_en.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Inovação nas Medidas de Desigualdade e Pobreza. In: *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: A*

verdadeira riqueza das nações – vias para o desenvolvimento. 2010. cap. 5. Disponível em: [http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD\\_HDR\\_2010.pdf](http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf). Acesso em: 02 dez. 2018.

RAVALLION, M. On Multidimensional Indices. Policy Research Working Paper 5580. The World Bank Development Research Group, February 2011. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/458211468336027757/pdf/WPS5580.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SEN, A.. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, Princeton, v. 44, n. 2, p. 219-231, mar 1976.

SEN, A.. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A.. Development as Capability Expansion. In: SAKIKO, F.; KUMAR, A. K. S. *Readings in Human Development: concepts, measures and policies for a development paradigm*. Oxford University Press, 2003, p. 3-16.

SEN, A.. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. M. R. Um estudo sobre a pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia). 2009. 192f. - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

SILVA, A. M. R.. *Abordagens das Necessidades Humanas e das Capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010*. Tese (Doutorado em Economia). 2015. 318f. - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

SILVA, A. M.; LACERDA, F.; NEDER, H. A Evolução do Estudo da Pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. *Bahia Análise & Dados: Pobreza, Desigualdade e Ciclos Econômicos*, Salvador, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul. 2011.

STEWART, F.. Basic Needs Strategies, Human Rights and the Right to Development. *Human Rights Quarterly*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 347-374, Aug. 1989.

STEWART, F.. Basic Needs, Capabilities and Human Development. *Greek Economic Review*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 83-96, dec. 1995.

STEWART, F.. Basic Needs Approach. In: CLARK, David (org.). *The Elgar Companion to Development Studies*. Cheltenham, UK: Edward ElgarPressing, 2006. cap. 5. Disponível em: <https://www.e-elgar.com/shop/eep/preview/book/isbn/9781847202864/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. Washington: World Bank, 2018a. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators>. Acesso em: 22 out 2018.

*Recebido em: 23/02/2023.  
Aprovado em: 07/08/2023.*